



A POLÍTICA DA LINGUAGEM EM ROUSSEAU

Mauro Dela Bandera
Doutor em Filosofia (USP)

RESUMO: O *Ensaio sobre a origem das línguas* expõe o momento em que as línguas se enfraquecem, abrindo caminho para o cortejo da violência. O livro apresenta o lugar do discurso nos tempos antigos em oposição ao seu não-lugar nos tempos modernos, ou seja, a mudança do lugar da eloquência na antiguidade para a idade moderna. Aos olhos de Rousseau, as línguas – assim como os homens – estão profundamente atreladas ao tempo e, por conseguinte, em constantes transformações. Elas seguem as vicissitudes dos costumes e se alteram ou se conservam com eles. Não por outra razão, é dito que o movimento da linguagem reproduz, a seu modo e em seu plano, o da humanidade, de sorte que é possível reconstruir uma história da liberdade e da servidão dos povos a partir da análise de suas línguas. Bem como, reconstituir história de cada língua por meio da história e das condições sociais, políticas e econômicas de cada povo. A questão que nos propomos investigar pode ser formulada nos seguintes termos: quais relações podem existir entre regimes políticos e discurso? Dois aspectos serão privilegiados: i) as características constitutivas de cada língua falada e ii) o regime de organização política do povo que a fala.

PALAVRAS-CHAVE: Liberdade. Linguagem. Política. Rousseau. Servidão.

ABSTRACT: The *Essay on the origin of languages* exposes the moment when languages decay, opening the way to the procession of violence. The book presents the place of discourse in ancient times as opposed to its non-place in modern times, that is, the changing position of eloquence in antiquity to the modern age. In Rousseau's eyes, the languages – as well as men – are deeply tied to time and, therefore, are in constant transformation. They follow the vicissitudes of manners and alter or remain with them. For no other reason, the movement of language reproduces, in its own way and in its projects, the transformation of humanity, so that would be possible to reconstruct a history of freedom and servitude of peoples from the analysis of their languages; as well as, to reconstitute the history of each language through the history and the social, political and economic conditions of each people. The question that we propose to investigate can be formulated in the following terms: What relations could exist between political regimes and discourse? Two aspects will be privileged: i) the constitutive characteristics of each spoken language and ii) the regime of political organization of the people who speak it.

KEYWORDS: Freedom. Language. Politics. Rousseau. Servitude.

A função política da linguagem é assinalada em diversos momentos da produção intelectual de Rousseau: “persuadir homens reunidos” (ROUSSEAU, *OC III*, p.148), respectivamente e “influir na sociedade”, diz o segundo *Discurso* (ROUSSEAU, *OC III*, p.151); possuir um “uso na vida civil”, sugere o texto *Pronúnciação* (ROUSSEAU, *OC II*, p.1249); no fragmento intitulado *Sobre a eloquência*, ao que parece composto em 1735, é dito ser um grande defeito “se servir de um estilo demasiadamente florido e doce” se, além disso, o discurso “nada significar e não produzir outro efeito que o próprio som das palavras” (ROUSSEAU, *OC II*, p.1241). Esses mesmos argumentos aparecem no *Ensaio sobre a origem das línguas*, notoriamente em seu capítulo final¹. Por conta disso, apresentaremos nestas páginas quais relações podem existir entre fala e regimes políticos ou entre línguas e organização social.

Essa investigação, fundamental para a inteligibilidade do *Ensaio*, é anunciada com precisão no fragmento sobre a pronúncia (numa passagem que guarda certas semelhanças com o *Ensaio*), cuja redação data muito provavelmente de 1761: o motivo do descuido com a fala plena e de seu paulatino enfraquecimento é precisamente a “forma tomada pelos governos”, que “faz com que não se tenha nada a dizer ao povo, a não ser aquilo que menos o toca e que menos ele se interessa em ouvir, como sermões e discursos acadêmicos” (ROUSSEAU, *OC II*, p.1250). As relações entre eloquência, linguagem, costumes e política aparecem em meados da década de 1730, no fragmento sobre a eloquência: “se a disciplina de um estado se enfraquece e degenera em delícias, é um motivo para crer que a eloquência aí contrairá em breve esse gosto mole e efeminado; o espírito não pode ter uma coloração diferente daquela do coração.” (ROUSSEAU, *OC II*, p.1241)

¹ Percebemos uma visão otimista acerca do poder da eloquência e do uso público da linguagem para o bom andamento de uma república (pelo menos na antiguidade). Esse otimismo não é observado em outros textos. Por exemplo, ao abordar os critérios para se medir a saúde de um corpo político, no segundo capítulo do livro IV do *Contrato social*, Rousseau afirma que “quanto mais reinar o acordo nas assembleias, isto é, quanto mais se aproximarem as opiniões da unanimidade, tanto mais dominante também será a vontade geral; porém, os longos debates, as dissensões, o tumulto, prenunciam a ascensão dos interesses particulares e do declínio do Estado” (ROUSSEAU, *OC III*, p.439). No *Contrato*, a linguagem é encarada como um risco à saúde do corpo político. Rousseau busca sem cessar estabelecer a unidade desse corpo e qualquer manifestação de dissenso é encarada como uma ameaça, sendo todo burburinho na assembleia pública visto com maus olhos.

O *Ensaio* apresenta o discurso do orador possuindo um lugar nos tempos antigos, não sendo este o caso encontrado nos tempos modernos – especificamente, nos povos europeus. Estabeleçamos, pois, a diferença e a mudança do lugar da eloquência e da linguagem na antiguidade e na idade moderna². Para tanto, recorreremos a outro texto, não da autoria de Rousseau. O autor em questão é Luiz Roberto Salinas Fortes (um dos maiores intérpretes brasileiros do pensamento de Rousseau) e seu livro, *Retrato calado* (que não versa sobre Rousseau nem constitui um comentário de texto filosófico). Salinas escreve:

Como se, de repente, a própria realidade, pegando-me pela palavra, se pusesse a ilustrar e comentar as peripécias abstratas do discurso filosófico, corporificando as teses de Trasímaco, convertendo-as em gestos, transformando-as em manipulação concreta do desavisado pesquisador, até então serenamente empoleirado no conforto das especulações pedagógicas. Trasímaco também intercepta, interrompe, corta; sua intervenção é também um curto-circuito na amena indagação de Sócrates. Lembram-se de como adentra o gramado naquele primeiro livro da “República” de Platão? Trasímaco, em várias ocasiões, “enquanto falávamos, tinha tentado tomar parte na conversa, mas fora impedido por seus vizinhos, que queriam ouvir-nos até o final”. E na “pausa que fizemos, quando acabara eu de pronunciar estas palavras, ele não se conteve mais, tendo se recolhido sobre si mesmo, lançou-se sobre nós como se fosse para nos dilacerar”. [...] A socrática representação desmorona, as entranhas do regime se entremostam, pulverizando os malabarismos ideológicos dominantes. Os herdeiros de Trasímaco, filósofo de um novo tipo, fazem funcionar, de maneira até então insuspeitada pela nossa ingenuidade, apesar dos compêndios marxistas devorados, os torpes mecanismos do poder. Mas o abismo, na realidade, é imenso entre a literatura e o choque, entre o argumento e a porrada; e o que responder à porrada, como contra argumentar à desgraça senão através do grito ou da rajada de fezes? (FORTES, 2012, p.27)

O paralelo entre o texto de Rousseau e a autobiografia de um estudioso de sua obra mostra-se aqui interessante e bastante ilustrativo. O texto de Salinas, relatando os encontros do autor com a repressão militar nos tempos de ditadura, expõe o momento em que a linguagem é capturada pela violência; o instante em que a voz se cala por conta da opressão. De forma análoga, Rousseau considera que a linguagem e o discurso foram sucedidos pela violência e uma escalada de regimes políticos injustos e

² O leitor desejoso de obter mais informações sobre as relações entre linguagem e política na antiguidade não pode deixar de consultar a dissertação de mestrado de LIMA DA SILVA, Anderson. *Michel Foucault: o sujeito moderno em questão*. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013; assim como o artigo, do mesmo autor, que também figura nesta edição da revista “Arendt e Foucault: Considerações sobre filosofia e democracia”.

arbitrários. O paralelo entre esses textos encontra, todavia, um limite. Na continuação da sobredita passagem do *Retrato calado*, vemos a razão se sobrepor e triunfar sobre a violência:

Sócrates é obrigado a redobrar seus esforços, a comprovar sua boa fé na investigação, a demonstrar a legitimidade do diálogo e da interrogação. Mas a partida, no universo do grande diálogo, está de antemão ganha. Trasímaco acaba por aceitar o diálogo, seu rubor denuncia sua má fé, ele acaba por se calar, confundido no anonimato do círculo dos dialéticos. (FORTES, 2012, p.29)

Na linguagem e por obra da linguagem o adversário do discurso, o homem da violência é, por assim dizer, desarmado e conquistado, transportado para o universo da razão. Eis o propósito de Salinas ao escrever seu livro. Chauí escreve que “*Retrato calado* é a reconquista da palavra pelo Salinas escritor, professor, jornalista, filósofo. Resgate da dignidade do pensamento que, no abismo de sua fragilidade recobra energia para expor a urdidura cerrada em que a violência captura a linguagem.” (CHAUÍ *apud* FORTES, 2012, p.14). Seria uma boa matéria de reflexão ver uma continuidade desses aspectos com os esforços de Rousseau em seus *Diálogos (Rousseau juiz de Jean-Jacques)*. Vendo naufragar seu projeto confessional, Rousseau se rebela contra o fato de ter sido condenado sem que saiba de que era acusado e sem qualquer direito à defesa. Com os *Diálogos*, ele se esforça em recuperar sua dignidade contra a injusta imagem pública a ele atribuída. Deixemos, todavia, essa vereda de leitura para outra ocasião, já que ela escapa aos objetivos aqui perseguidos. No *Ensaio*, não se trata tanto da recuperação da dignidade da linguagem quanto expor o momento em que ela, paulatinamente enfraquecida, sucumbe, abrindo caminho para o cortejo da violência. Assim, sem traçar grandes continuidades, busquemos apenas apontar uma diferença entre o *Ensaio* e o *Retrato Calado* – diferença capaz de bem elucidar a concepção de linguagem defendida por Rousseau.

Diferentemente do exposto por Salinas, o que está em jogo nas reflexões de Rousseau sobre o destino das línguas não é uma esperança ou uma aposta no fim da violência. Ao contrário, trata-se de expor os mecanismos que tornaram a violência possível e dominante. Por isso, não há no *Ensaio* um combate em que a vitória do razoável e de sua linguagem esteja de antemão garantida. No capítulo final, escreve Bento Prado Júnior (outro a figurar no panteão dos grandes interpretes de Rousseau),

É, de fato, pela perda da força persuasiva da linguagem, pela fissura que dissociou o *logos* da *energia*, que a violência pôde vir ao ser e opor-se à linguagem. Não se pode nem mesmo falar de oposição, pois o curso da violência só é possível quando a linguagem não mais existe, quando perdeu sua força. Ao contrário do dualismo corrente, que faz da linguagem o inverso da violência, Rousseau mostra como a violência das coisas, a separação entre o signo ineficaz e a causalidade selvagem da matéria (ou do social tornado pura máquina opressiva) só foi possível ao término de um processo que fez desaparecer a linguagem ao roubar-lhe toda a sua força. A violência das coisas só é possível depois da supressão da força dos signos, da energia da voz humana. (PRADO JÚNIOR, 2008, p.185)

Bento Prado ainda acrescenta: “a violência não remete mais a pré-humanidade, ao grau zero da História; ao contrário, ela é o seu produto mais refinado, Fim da História e Fim do Discurso” (Idem, p.116).

Uma mudança se impôs às línguas e as consequências foram o apagamento da força expressiva em prol de clareza e exatidão designativas, a monotonia das vozes, o desaparecimento do acento patético etc. Somente assim a violência pôde entrar em cena. A inteligibilidade desse processo de degenerescência dos poderes e da força da voz humana só é possível se tivermos em mente que as línguas – assim como os homens – estão profundamente atreladas ao tempo e, por conseguinte, em constantes transformações. Elas seguem “as vicissitudes dos costumes e se altera ou se conserva com eles”, escreve Rousseau nas páginas do *Emílio* (ROUSSEAU, OC IV, p. 346). Ou ainda, citando Charles Duclos no final do *Ensaio*, o autor afirma que “o caráter, os costumes e os interesses de um povo têm influência sobre sua língua.” (ROUSSEAU, OC V, p.429)³

As línguas (modernas ocidentais) tornaram-se completamente outras, degeneradas e corrompidas, pois destituídas do tom vivo e apaixonado que a princípio faziam-nas tão cantantes e enérgicas; deixaram de possuir aquele poder de emocionar ou de transmitir emoções, não podem mais persuadir homens reunidos tampouco fazer agir,

³ Duclos exerceu um papel decisivo para Rousseau no momento da redação do *Ensaio*, sendo referido por Jean-Jacques, no Livro VII das *Confissões*, como seu único verdadeiro amigo entre os homens de letras (ROUSSEAU, OC I, p.290). Nas *Remarques*, Duclos diz o seguinte: “permitir-me-ei aqui uma reflexão a respeito da tendência que temos de tornar nossa língua mole, afeminada e monótona. Temos razão para evitar a rudeza na pronúncia, mas creio que caímos em demasia no defeito oposto. Pronunciávamos antigamente muito mais ditongos que hoje. [...] Esses ditongos conferiam força e variedade na pronúncia e a livravam de uma espécie de monotonia que vem, em parte, da multidão de *e* mudos [...]. Nossa língua se tornará insensivelmente mais adequada à conversação do que à tribuna e a conversação dá o tom à cátedra, ao tribunal e ao teatro; enquanto entre os Gregos e os Romanos não se submetiam a isso. [...] Isso seria matéria de um exame bastante filosófico: observar o fato e mostrar, por exemplo, quanto o caráter, os costumes e os interesses de um povo têm influência sobre sua língua.” (DUCLOS, 1993, p.9)

não influem na sociedade nem possuem um uso para a vida civil. No final, elas cessaram de ter uma função política, na medida em que sofreram uma degradação como consequência das transformações sociais.

Para Rousseau, da mesma maneira que as necessidades que promoveram o nascimento da sociedade correspondem à emergência das palavras (dotadas de determinadas características), o declínio social – a transformação dessas mesmas necessidades – corresponde a uma depravação e uma alteração linguísticas. Assim, as línguas aos poucos se anularam (ou foram anuladas) enquanto instrumento de liberdade. Sobre a correlação entre desenvolvimento da língua e processos sociais é interessante citar uma longa passagem do *Ensaio*:

Nos tempos antigos, em que a persuasão servia de força pública, a eloquência era necessária. De que serviria ela hoje, quando a força pública substituiu a persuasão? Não se precisa de artifícios nem de figuras de estilo para dizer: *esta é a minha vontade*. Que discursos restam a fazer, portanto, ao povo reunido? Sermões. E que importa aqueles que os fazem se estão persuadindo o povo, visto que não é ele que distribui os benefícios? As línguas populares tornaram-se tão perfeitamente inúteis quanto a eloquência. As sociedades adquiriram sua última forma: nelas só se transforma algo com artilharia ou escudos; e como nada mais se tem a dizer ao povo, a não ser *dai dinheiro*, dizemo-lo com cartazes nas esquinas ou com soldados dentro das casas. Não se deve reunir ninguém para isso; pelo contrário, é preciso manter as pessoas separadas; eis a primeira máxima da política moderna. (ROUSSEAU, *OC V*, p.428)⁴

Fundamentalmente, a marcha evolutiva das línguas se confunde com as etapas da socialização; mantém relações estreitas com os diversos modos de subsistência e de produção dos povos. Como afirma Bento Prado Júnior,

As figuras da linguagem e da sociabilidade são, rigorosamente, contemporâneas e, se a linguagem pode ser considerada expressão de uma forma de sociabilidade, é também verdade que todas as formas de sociabilidade podem ser descritas como a versão material das

⁴ A expressão, utilizada por Rousseau no *Ensaio*, “esta é a minha vontade” (*tel est mon plaisir*) representa bem o governo monárquico absolutista, em que a persuasão se encontra aniquilada e não se espera mais nada do povo, afinal, como o próprio autor afirma nos *Princípios do Direito da Guerra* (numa passagem que guarda certas semelhanças com o excerto citado do *Ensaio*): “o povo não dá nem pensões, nem empregos, nem cátedras, nem vagas nas academias; em virtude de que protegê-lo-íamos? [...] Oprimi o povo com a consciência tranquila” (ROUSSEAU, 2011). Como se lê no *Contrato social*, “o interesse pessoal [dos monarcas] é primeiramente que o povo seja fraco, miserável, e nunca possa oferecer-lhes resistência.” (ROUSSEAU, *OC III*, p.409)

diferentes formas da linguagem. (PRADO JÚNIOR, 2008, p.177)⁵

As transformações linguísticas acompanham a dinâmica política e social. Mas isso não é tudo. Os costumes, os governos e as sociedades também se alteram com as mudanças sofridas pelas línguas, é o que sugere a seguinte passagem do *Ensaio*: “é impossível que um povo permaneça livre e fale uma tal língua” (ROUSSEAU, *OC V*, p. 429). Assim, língua e sociedade participam de um jogo de mútua determinação em que uma reflete, determina e altera a outra.

Para pensar a questão da liberdade política a partir de todo esse quadro, Rousseau distingue qualitativamente as línguas, atribuindo a elas um maior ou menor potencial servil. Dois aspectos entram em cena nesse sistema de classificação: 1) as características constitutivas de cada língua falada e 2) o regime de organização política do povo que a fala.

1) Uma língua propícia à liberdade deve necessariamente ser ouvida pelo povo reunido num ambiente aberto de grande extensão: “existem línguas favoráveis à liberdade, são as sonoras, prosódicas, harmoniosas, cujo discurso de bem longe se distingue [...]. Afirmo ser uma língua escravizada toda aquela com a qual não se consegue ser ouvido pelo povo reunido” (Idem, p. 428). Aos olhos de Rousseau, o francês é justamente uma dessas línguas extenuadas – não por outra razão ela foi duramente criticada ao longo da *Carta sobre a música francesa* –, desprovidas de qualquer inflexão verdadeira e inaudíveis para o uso político em um espaço público⁶. Nas palavras do autor,

As nossas [línguas] são feitas para o murmúrio dos divãs. Nossos pregadores atormentam-se, suam nos templos, sem que nada saibamos do que disseram. Após terem-se esgotado de tanto gritar durante uma hora, saem do púlpito meio mortos. [...] Hoje, o acadêmico que lê uma memória, num dia de assembleia pública, mal é ouvido no fundo da sala. (ROUSSEAU, *OC V*, p.428)⁷

⁵ Jean Starobinski afirma haver uma complementaridade entre o *Ensaio* e o segundo *Discurso*. “Textos complementares, às vezes ligeiramente dissonantes, mas que propõem ao leitor a mesma história sob uma dupla versão: o *Discurso sobre a origem da desigualdade* insere uma história da linguagem no interior de uma história da sociedade; inversamente, o *Ensaio sobre a origem das línguas* introduz uma história da sociedade no interior de uma história da linguagem.” (STAROBINSKI, 1991, p.310)

⁶ No texto *Prononciation*, Rousseau afirma que a língua francesa é própria para a filosofia. (ROUSSEAU, *OC II*, p.1249)

⁷ O termo *divan* (« les nôtres sont faites pour le bourdonnement des Divans ») diz respeito, de acordo com o *Dictionnaire de l'Académie française*, ao Conselho do Grande Senhor na Turquia. Quem chamou nossa atenção para esse fato foi Lucas Ribeiro: “a única acepção do termo ‘divan’ que consta no *Dictionnaire de l'Académie Française* de 1762 – acepção ainda encontrada, embora não prevalente, tanto no francês quanto no português contemporâneos –, refere-se ao nome dado, no Império Turco-Otomano, ao “Conseil

Mas esse elemento sozinho não basta. 2) Se as línguas antigas gozavam de uma força retórica, é também porque a organização social o exigia. Já as línguas modernas ocidentais perderam seus acentos e, conseqüentemente, seu caráter público e sua força persuasiva, na medida em que elas refletem uma nova configuração social e política, diferente daquela vivenciada na antiguidade. Com isso, se a língua for acentuada e enérgica, mas o povo viver sob a égide de um tirano, logo ela perderá suas características constitutivas. Do mesmo modo, se a língua for monótona e fria, mas se tratar de uma república, rapidamente o povo perderá sua liberdade. Nesse sentido, a mútua dependência envolvendo as figuras da linguagem e os regimes políticos se expressa da seguinte maneira: uma República exige uma língua acentuada e melodiosa, ao passo que um regime despótico requer uma língua silenciada e sem vida, algo parecido com a “novafala” de George Orwell.

A partir disso, Rousseau pontua o caráter político da eloqüência nos tempos antigos e seu não lugar nas sociedades ocidentais modernas. Como diria Duclos, as línguas modernas se tornaram insensivelmente mais adequadas “à conversação do que à tribuna”, já as línguas antigas – Rousseau elogia sobremaneira a música grega e seus extraordinários poderes ao longo do capítulo XII do *Ensaio* –, extremamente acentuadas e imbuídas de um caráter público, eram próprias para serem utilizadas a céu aberto e bastante convenientes para uma República, pois levavam ao longe: “entre os antigos”, afirma o cidadão de Genebra, “podia-se ser ouvido com facilidade na praça pública; falava-se um dia inteiro sem grande incômodo. Os generais arengavam suas tropas, eram ouvidos e de modo algum se esgotavam” (ROUSSEAU, *OC V*, p.428). Ou ainda, “Heródoto lia sua história aos povos da Grécia reunidos ao ar livre e tudo ressoava com os aplausos” (Idem, p.429). Portanto, estas línguas diferiam profundamente das modernas (ocidentais), adequadas somente aos ambientes fechados e restritos, mais íntimas e menos populares.

Podemos aqui citar o abade de Condillac, outra grande influência – ao lado de Charles Duclos – para Rousseau nesse domínio. O elogio do caráter público das línguas

du Grand Seigneur” (Conselho de Estado, presidido pelo sultão) e, por extensão, à sala ou edifício onde se davam as reuniões desse Conselho (Cf. Dictionnaire de l’Académie Française, 1762. Disponível online em: <http://artfl-project.uchicago.edu/node/17>). Dessa maneira, quando Rousseau fala de uma língua própria senão ao ‘bourdonement des Divans’, ele alude a uma linguagem que corre tão-somente entre quatro paredes e vela pelo interesse particular de alguns poucos poderosos; linguagem, portanto, que não precisa, nem mesmo deve, ser ouvida em praça pública pelo povo reunido.” (RIBEIRO, 2011, p.127, nota 254)

antigas, em contraposição ao caráter privado das modernas, também é apresentado por Condillac em seu *Ensaio sobre a origem dos conhecimentos humanos* (1746). Percebo ainda, diz o abade,

Na prosódia dos antigos, a razão de um fato que ninguém, creio eu, tenha explicado. Trata-se de saber como os oradores romanos, que arengavam na praça pública, podiam ser ouvidos por todo o povo. Os sons de nossa voz chegam facilmente às extremidades de uma praça de grande extensão; toda a dificuldade é impedir que os confundamos. [...] Um romano podia então, se fazer compreender distintamente em uma praça onde um francês não o poderia senão dificilmente ou, talvez, de maneira nenhuma. (CONDILLAC, 2014, p.217)

Em consonância com as reflexões de Condillac (e também as de Duclos⁸), Rousseau diz que um homem arengando em francês em uma praça de Paris não poderá ser compreendido pelo público: por mais que ele se esforce e mesmo que grite com toda a força, não se distinguirá uma única palavra do que diz (ROUSSEAU, *OC V*, p. 428), pois as qualidades de sua língua não permitem uma pronúncia firme e variada.

Grosso modo, existia nos tempos antigos uma força de convencimento da fala oriunda dos poderes dos acentos presentes na língua. Ademais, a participação ativa em uma República supunha uma língua viva e acentuada, exigia a capacidade oratória e o uso público da linguagem, pois só assim o cidadão poderia participar ativamente do corpo político, tendo em vista garantir o bom andamento dos assuntos comuns. Mas quando a sociedade atinge “sua última forma”, não se deve mais reunir os cidadãos para que decidam conjuntamente os rumos da cidade. Cabe, antes, separá-los e, neste caso, a surdez da língua, sua carência de acentos e força expressiva, longe de configurarem um defeito, são elementos bastante convenientes. Essa última forma da sociedade não condiz mais com uma língua acentuada. Neste estágio, ao contrário, o próprio imperativo escrito e colocado nas placas, “dai dinheiro” (*donnez de l'argent*), oblitera os imperativos orais originais: *aimez-moi* (amai-me) ou *aidez-moi* (ajudai-me) (Idem, p. 408).

Se o movimento da linguagem reproduz, a seu modo e em seu plano, o da humanidade e das sociedades, eis então o fim da história e o fim do discurso, o

⁸ A mesma imagem é mobilizada por Duclos: “uma pronúncia mantida e uma prosódia fixa e distinta devem ser conservadas de modo especial nos povos que estão obrigados a tratar publicamente matérias interessantes para todos os ouvintes, porque, como aliás em todas as outras situações, um orador, cuja pronúncia é firme e variada, deve ser compreendido mais longe que um outro que não tivesse as mesmas qualidades na língua, ainda que falasse em um tom igualmente elevado.” (DUCLOS, 1993, p.10)

momento preciso em que as histórias da sociedade e da língua caem no estágio máximo de corrupção e degenerescência e em que a violência desmedida e arbitrária dos herdeiros modernos de Trasímaco (para recuperarmos as reflexões de Salinas) entra em cena.

O ponto final do *Ensaio sobre a origem das línguas*, em que as sociedades adquiriram sua última forma se harmoniza perfeitamente com a conclusão do segundo *Discurso*, isto é, com o último grau de desigualdade representado pelo estado formado por senhor e escravos:

É este o último termo da desigualdade, o ponto extremo que fecha o círculo e toca o ponto de que partimos; é nele que todos os particulares voltam a ser iguais porque nada são, e que, já não tendo os súditos outra lei além da vontade do senhor, nem o senhor outra regra além das suas paixões, se esvaem mais uma vez as noções do bem e os princípios da justiça. É nele que tudo se resume apenas à lei do mais forte e, por conseguinte, a um novo estado de natureza diferente daquele por que começamos. (ROUSSEAU, *OC* III, p.191)

Tanto em um quanto em outro livro, a massa amorfa é controlada pelo monstro do absolutismo centralizador e se o segundo *Discurso* termina com “um novo estado de natureza diferente daquele por que começamos” (STAROBINSKI, 1991, p.321), o *Ensaio*, de modo similar, desemboca em um novo silêncio, diferente daquele que antecedeu a eclosão das palavras⁹.

Uma situação de imobilidade é descrita no final do segundo *Discurso* e no desfecho do *Ensaio*. Esse diagnóstico pessimista feito de certa humanidade, limitada geograficamente (a Europa ocidental) – já que as línguas não atingiram todas elas o mesmo grau de degeneração¹⁰ –, não anula a característica das línguas de outros povos, habitantes de outras regiões do globo, tampouco interdita as formas de ação ou as tentativas de resistência, como as apresentadas nas obras autobiográficas de Rousseau e, também, no *Retrato calado* de Luiz Roberto Salinas Fortes. No entanto, convém repetir, Rousseau no *Ensaio* está menos interessado em recuperar a dignidade da linguagem que expor o momento em que ela, paulatinamente enfraquecida, sucumbe e, dessa forma, deixa o caminho aberto para o cortejo da violência.

⁹ Podemos ler a mesma temática do silêncio nas páginas do *Contrato social*. Assim como acontece no *Ensaio*, existe no *Contrato* um movimento de passagem entre dois silêncios: um saudável e necessário para o bom andamento das coisas públicas e outro nefasto, já que imposto por um governo despótico.

¹⁰ Mesmo se considerarmos que o fim seja o mesmo para todas as línguas, os pontos de partida (as origens) e os caminhos percorridos por cada uma delas são radicalmente diferentes e, dessa maneira, deverão ser considerados nas análises.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- CONDILLAC. *Essai sur l'origine des connaissances humaines*. Paris : J. Vrin, 2014.
- DUCLOS, C.P. Remarques sur la grammaire générale et raisonnée. In: ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*. Genève: Slatkine Reprints, 1993.
- FORTES, L.R.S. *Retrato calado*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.
- PRADO JÚNIOR, B. *A retórica de Rousseau e outros ensaios*. Tradução de Cristina Prado. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- RIBEIRO, L.M.C. *Um homem em toda a verdade da natureza: linguagem e escrita de si em Jean-Jacques Rousseau*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2011.
- ROUSSEAU, J.J. *Œuvres Complètes de Jean-Jacques Rousseau*. Ed. Bernard Gagnebin e Marcel Raymond. Paris: Gallimard, 1959-1995. 5 volumes. (Coleção Bibliothèque de la Pléiade)
- _____. *Princípios do Direito da Guerra*. Tradução de Evaldo Becker. In: Revista Trans/Form/Ação v.34, n.1, Marília, 2011.
- SILVA, A.A.L. *Michel Foucault: o sujeito moderno em questão*. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-12092013-125849/pt-br.php>
Acesso em 15/06/2018.
- STAROBINSKI, J. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo, seguido de sete ensaios sobre Rousseau*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.